

José Antonio SEGATTO¹

GRAMSCI, A. *O Risorgimento, notas sobre a Itália*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 461p. v.5, Cadernos do cárcere.

Antonio Gramsci (1891-1937), preso em 1926 pela polícia fascista de Mussolini, era então secretário-geral do Partido Comunista da Itália e deputado no Parlamento italiano. Quando morreu, nove anos depois e sem ter sido posto em liberdade, produzira uma obra que o notabilizaria como um dos maiores intelectuais do século XX. Os “cadernos” que escreveu no cárcere, publicados a partir de 1948, tornaram-se uma obra clássica das ciências sociais – os conceitos e categorias que formulou e/ou trabalhou (hegemonia, “sociedade civil”, “revolução passiva” etc.) foram incorporados de forma definitiva por todas as ciências humanas e até mesmo nas análises jornalísticas.

Publicados em sua maior parte na década de 1960 por Ênio Silveira pela Editora Civilização Brasileira, ganham agora uma nova tradução – cuidadosa e brilhantemente preparada por Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira –, acrescida e enriquecida de notas e outros textos não publicados anteriormente, e com novo ordenamento.

¹ Departamento de Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – 14800-901 – Araraquara – SP.

Vem a público agora o quinto volume da edição brasileira dos *Cadernos do cárcere – O Risorgimento, notas sobre a Itália* –, particularmente atraente para os estudiosos da obra de Gramsci. Em primeiro lugar, trata-se de material em sua maior parte inédito em nosso país: os cadernos especiais sobre o *Risorgimento* e sobre as classes subalternas, reunidos nesse volume ao lado de um grande número de notas sobre a história italiana, nunca foram integralmente publicados entre nós e constituem um dos grandes eixos da pesquisa empreendida por Gramsci em seus anos de cárcere, a partir de 1926. Tratava-se, para aquele teórico e político marxista, de realizar o “reconhecimento do terreno nacional” da forma mais exaustiva possível, ao analisar o processo de formação tardia do Estado italiano no século XIX: exatamente, o que se convencionou chamar de *Risorgimento*.

Em segundo lugar, deve-se chamar a atenção para o feito historiográfico daquele talentoso prisioneiro do fascismo. Marx havia realizado uma obra-prima da teoria política mais ou menos “casual”, ao compor o *18 Brumário de Luís Bonaparte* a partir de textos originalmente jornalísticos, “sob a pressão imediata dos acontecimentos”; Gramsci, agora, ao compor as peças do mosaico em que analisa o *Risorgimento* nacional italiano, iria realizar, nos 58 parágrafos que dão corpo ao respectivo caderno, uma nova obra-prima da análise política marxista, com indicações iluminadoras sobre a natureza da sociedade e do Estado italiano, de seus intelectuais e de sua cultura. Uma obra que ainda hoje se pode chamar, sem nenhum exagero, de seminal, cuja influência se estenderia muito além dos problemas específicos da sociedade italiana.

Desse ponto de vista, uma das categorias que Gramsci utilizou para entender o processo do *Risorgimento* é particularmente significativa: trata-se da categoria de “revolução passiva”, sobre a qual se travam aceras disputas entre acadêmicos e estudiosos marxistas ou não. Originalmente, essa categoria tinha sido empregada por um historiador napolitano, Vincenzo Cuoco, para definir a breve experiência da república em sua cidade, no final do século XVIII, embebida pelas idéias “francesas”. Como se sabe, a república foi afogada em sangue por uma aliança entre as massas rurais, a plebe urbana, a parte conservadora da nobreza e, especialmente, o clero. A debilidade da república, segundo Cuoco, tinha residido no fato de não ter resultado de uma revolução “ativa”, como o grande modelo francês, deixando-se confinar entre as camadas intelectualizadas e perdendo contato com as camadas mais amplas do povo.

Gramsci retoma e modifica o conceito de revolução passiva. Aplica-o ao *Risorgimento*, no sentido de que, também na construção do moderno

Estado italiano, as elites políticas e econômicas não tinham sido capazes de estabelecer uma *hegemonia* no sentido pleno da palavra: receosas do radicalismo da experiência francesa, não incluíram as reivindicações camponesas em seu programa. O Estado unitário e monárquico que legaram para a posteridade, institucionalmente, já nascia vazio de povo. As lideranças da “esquerda” nesse mesmo processo (Mazzini e Garibaldi) permaneceram subalternas aos dirigentes moderados (Cavour), apesar do radicalismo ocasional e do heróico ativismo garibaldino. Não souberam compreender o processo em sua totalidade, não entenderam os movimentos dos adversários políticos e, portanto, contribuíram para reforçar o caráter “passivo” do *Risorgimento*.

Revolução passiva ou “revolução sem revolução” ou ainda “revolução-restauração”, para Gramsci, ao contrário da revolução realizada a partir “de baixo”, de caráter jacobino, implica dois momentos básicos: o da “restauração” (como reação a qualquer possibilidade de transformação radical) e o da renovação (incorporação pelas classes dominantes das reivindicações das classes dominadas). Portanto, uma revolução feita por modificações moleculares, que só progressiva e lentamente promovem mudanças parciais, através do transformismo.

Naturalmente, se o Estado italiano se mostrava incapaz de incorporar plenamente os “de baixo” a seus mecanismos institucionais, se se mostrava impotente para achar soluções progressistas para o desenvolvimento econômico do país, isso era o reflexo de um déficit de hegemonia por parte das elites dirigentes. Estava aberto, assim, o caminho para a estéril retórica nacionalista de direita e para as aventuras colonialistas como suposta saída para o drama das empobrecidas populações rurais; fundamentalmente, na falta de capacidade hegemônica, estava aberto o caminho para o recurso à força e à violência aberta, quando se apresentasse uma conjuntura de crise “orgânica”. O fascismo era a prova mais clara desse caráter insuficientemente democrático da formação e do funcionamento do Estado na Itália.

O conceito de revolução passiva, como dissemos, é uma das chaves para a apreensão do texto gramsciano. Além disso, hoje, pode-se fazer com esse termo uma operação semelhante à que o próprio Gramsci fez em relação a Vincenzo Cuoco, isto é, retomá-lo e ampliá-lo, para dar conta de processos sociais contemporâneos cujos atores parecem arrastados pelos “fatos”, incapazes de os dominarem e de neles imprimir uma direção intelectual e moral de feição inclusiva e politicamente democrática. Há quem aplique o conceito ao processo da modernização capitalista brasileira, levada a cabo “pelo alto” e, pelo menos durante algumas

décadas, através de regimes autoritários. E há também quem, de modo ainda mais ambicioso, afirme que a generalização das relações capitalistas por todo o globo, que transcorre como uma força da natureza diante de nossos olhos, tem muitos aspectos de revolução passiva (ou de revolução-restauração, como Gramsci também a chama).

O que assim vem à baila é a possibilidade de aplicar o termo como uma categoria interpretativa de realidades sociais e econômicas que parecem incontroláveis, especialmente do ponto de vista dos "de baixo". Se essa operação for bem-sucedida, ficaria clara sua possível incidência política, ao iluminar meios e modos de intervenção democrática em processos aparentemente ingovernáveis e dotados de força natural, tal como nos dizem ser a globalização. Seria um resultado não propriamente paradoxal, em se tratando de Gramsci, um intelectual que soube, como poucos outros, aliar a fineza necessária de análise política e histórica com o empenho constante em agir no sentido da democratização das relações sociais.